



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 152/14:

Concede à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, SONANGOL - E.P., adiante designada por Concessionária Nacional, os direitos mineiros para desenvolver e produzir hidrocarbonetos gasosos na área de concessão do Bloco 15/14 — Lira.

Decreto Presidencial n.º 153/14:

Concede à Sociedade nacional de Combustíveis de Angola, SONANGOL - E.P., adiante designada por Concessionária Nacional, os direitos mineiros para desenvolver e produzir hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área de concessão do Bloco 1/14.

Ministério dos Petróleos

Decreto Executivo n.º 161/14:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Tecnologias de Informação deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 114/13, de 3 de Abril.

Decreto Executivo n.º 162/14:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete Jurídico deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 68/13, de 6 de Março.

Decreto Executivo n.º 163/14:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística deste Ministério. — Revoga o Decreto executivo n.º 77/13, de 11 de Março.

Decreto Executivo n.º 164/14:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 70/13, de 6 de Março.

Decreto Executivo n.º 165/14:

Autoriza a cessão de 40% do interesse participativo detido pela Petrobras International Braspetro B.V. ("PIBBV") no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 6/06, para a empresa participada Petrobras Oil & Gás B.V.

Ministério do Comércio

Despacho n.º 1275/14:

Determina que não é permitido o recrutamento, a admissão, nomeação, exoneração, demissão e ou desvinculação de funcionários ou agentes administrativos colocados nas Representações Comerciais de Angola no estrangeiro e sem a competente anuência da Ministra do Comércio.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 152/14

de 12 de Junho

Atendendo que a Constituição da República de Angola e a Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, determinam que todos os jazigos de hidrocarbonetos líquidos e gasosos existentes nas áreas disponíveis da superfície e submersas do território nacional, nas águas interiores, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental fazem parte do domínio público do Estado;

Tendo em conta que o grupo empreiteiro do Bloco 15/06, encontrou gás resultante da perfuração do Poço LIRA e atendendo ao facto de a SONANGOL — E.P., não pretender associar-se a qualquer entidade para executar as operações de exploração de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área do Bloco LIRA;

Considerando que os direitos mineiros para prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos são concedidos à SONANGOL - E.P., nos termos da legislação em vigor;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Atribuição de direitos mineiros)

O Titular do Poder Executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, concede à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, SONANGOL - E.P., adiante designada por Concessionária Nacional, os direitos mineiros para desenvolver e produzir

hidrocarbonetos gasosos na área de concessão do Bloco 15/14 — Lira, tal como é definido no artigo 2.º do presente Diploma.

ARTIGO 2.º
(Área de concessão)

1. A área de concessão é descrita no Anexo A e encontra-se cartografada no Anexo B, ambos do presente Decreto Presidencial.

2. No caso de haver qualquer discrepância entre os dois anexos referidos no número anterior, prevalece a descrição da área de concessão que é feita no Anexo A.

3. Caso seja encontrado na área de concessão do Bloco 15/06 qualquer outro prospecto de gás natural, durante a vigência do presente Decreto, deve o mesmo ser incluído, automaticamente, na área de concessão referenciado no presente Decreto Presidencial, devendo a Concessionária Nacional efectuar a respectiva informação ao Ministro dos Petróleos.

ARTIGO 3.º
(Duração da concessão)

1. A duração dos períodos da concessão é a seguinte:

- a) Período de pesquisa: 6 anos a contar da data da publicação do presente Decreto Presidencial;
- b) Período de produção: 20 anos por cada área de desenvolvimento, a contar da data da declaração da respectiva descoberta comercial.

2. Nos termos do n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, os períodos da concessão referidos no n.º 1 do presente artigo, podem ser, excepcionalmente, prorrogados a requerimento da Concessionária Nacional.

ARTIGO 4.º
(Operador)

1. O Operador designado para executar todos os trabalhos inerentes às operações de desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos gasosos na área de concessão é a SONANGOL - E.P.

2. A mudança de Operador carece da prévia autorização do Ministério de tutela, sob proposta da Concessionária Nacional.

3. O operador está sujeito ao estrito cumprimento das disposições contidas no presente Decreto Presidencial e demais legislação aplicável.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação. Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 7 de Maio de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Junho de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

BLOCO 15/14 — LIRA

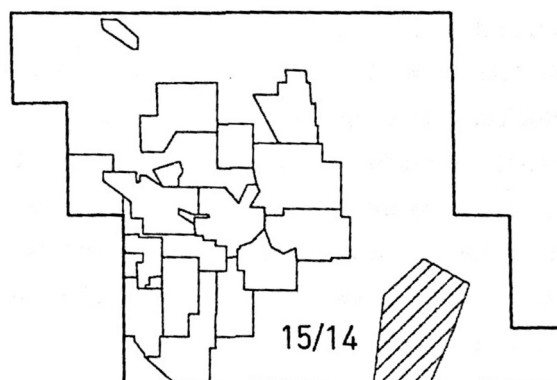
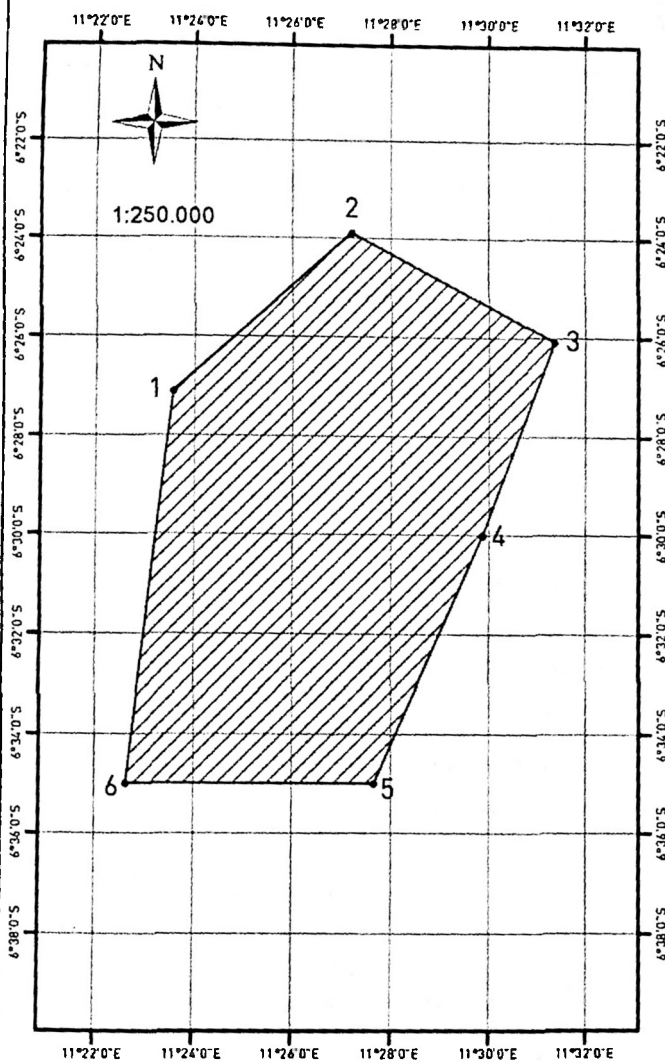
ANEXO A
Descrição da Área de Concessão

1. A Área de Concessão, apresentada no Anexo B, é limitada pelas linhas definidas nos pontos 1 a 6 incluída no seguinte perímetro:

Começando com o ponto de intercepção do Paralelo 6° 27' 06.00'' S e o Meridiano 11° 23' 34.00'' E temos o ponto 1 com as coordenadas de Latitude 6° 27' 06.00'' S e Longitude 11° 23' 34.00'' E. Seguindo deste ponto para direcção Norte até atingirmos o paralelo 6° 23' 53.00'' S interceptando o Meridiano 11° 27' 12.00'' E temos o ponto 2 com as coordenadas de Latitude 6° 23' 53.00'' S e Longitude 11° 27' 12.00'' E. Seguindo deste ponto para a direcção Sul Este até atingirmos o Paralelo 6° 26' 04.00'' S e interceptarmos o Meridiano 11° 31' 22.00'' E temos o ponto 3 com as coordenadas de Latitude 6° 26' 04.00'' S e Longitude 11° 31' 22.00'' E. Seguindo deste ponto para a direcção Sul até atingir o Paralelo 6° 30' 00.00'' S que intercepta com o meridiano 11° 29' 53.00'' E temos o ponto 4 com as coordenadas de Latitude 6° 30' 00.00'' S e Longitude 11° 29' 53.00'' E. Seguindo deste ponto em direcção Sul até atingir o Paralelo 6° 35' 00.00'' S que intercepta com o meridiano 11° 27' 40.00'' E temos o ponto 5 com as coordenadas de Latitude 6° 35' 00.00'' S e Longitude 11° 27' 40.00'' E. Seguindo o Paralelo 6° 35' 00.00'' S deste ponto em direcção Oeste até interceptar o Meridiano 11° 22' 38.00'' E temos o ponto 6 com as coordenadas de Latitude 6° 35' 00.00'' S e Longitude 11° 22' 38.00'' E finalmente deste ponto segue em direcção Norte até atingir o ponto 1.

As coordenadas acima citadas referem-se ao Datum de Camacupa no esferóide de WGS84.

ANEXO B

MAPA DA ÁREA DE CONCESSÃO
BLOCO 15/14 - LIRA

Coordenadas DMS		
Ponto	Latitude Sul	Longitude
1	6° 27' 06,00"	11° 23' 34,00"
2	6° 23' 53,00"	11° 27' 12,00"
3	6° 26' 04,00"	11° 31' 22,00"
4	6° 30' 00,00"	11° 29' 53,00"
5	6° 35' 00,00"	11° 27' 40,00"
6	6° 35' 00,00"	11° 22' 38,00"
Área aproxim. 218 Km ²		

Decreto Presidencial n.º 153/14
de 12 de Junho

Atendendo que a Constituição da República de Angola e a Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, determinam que todos os jazigos de hidrocarbonetos líquidos e gasosos existentes nas áreas disponíveis da superfície e submersas do território nacional, nas águas interiores, no mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma continental fazem parte do domínio público do Estado;

Considerando que os direitos mineiros para prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos são concedidos à SONANGOL - E.P., nos termos da legislação em vigor;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Atribuição de direitos mineiros)

O Titular do Poder Executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, concede à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, SONANGOL - E.P., adiante designada por Concessionária Nacional, os direitos mineiros para desenvolver e produzir hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área de concessão do Bloco 1/14, tal como é definida no artigo 2.º do presente Diploma.

ARTIGO 2.º
(Área de concessão)

1. A área de concessão é descrita no Anexo A e encontra-se cartografada no Anexo B, ambos do presente Decreto Presidencial.

2. No caso de haver qualquer discrepância entre os dois anexos referidos no número anterior, prevalece a descrição da área de concessão que é feita no Anexo A.

ARTIGO 3.º
(Duração da concessão)

1. A duração dos períodos da concessão é a seguinte:

- a) Período de pesquisa: 6 anos a contar da data da publicação do presente Decreto Presidencial;
- b) Período de Produção: 20 anos por cada área de desenvolvimento, a contar da data da declaração da respectiva descoberta comercial.

2. Nos termos do n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, os períodos de concessão referidos no n.º 1 do presente artigo podem ser, excepcionalmente, prorrogados a requerimento da Concessionária Nacional.

ARTIGO 4.º
(Operador)

1. O Operador designado para executar todos os trabalhos inerentes às operações de desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos, na área de concessão é a SONANGOL - E.P.

2. A mudança de Operador carece da prévia autorização do Ministério de tutela, sob proposta da Concessionária Nacional.

3. O Operador está sujeito ao estrito cumprimento das disposições contidas no presente Decreto Presidencial e demais legislação aplicável.

ARTIGO 5.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 6.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 7 de Maio de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Junho de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

BLOCO 1/14

ANEXO A
Descrição da Área de Concessão

1. A Área de Concessão apresentada no Anexo B, é a descrita no número seguinte com exclusão das áreas indicadas no n.º 3.

2. Começando com o ponto de intercepção do Paralelo 6º 01' 54.40" S e o Meridiano 11º 30' 00.00" E, temos o ponto 1 com as coordenadas de Latitude 6º 01' 54.40" S e Longitude 11º 30' 00.00" E. Partindo deste ponto para a direcção Este seguindo o Paralelo 6º 01' 54.40" S até interceptar o Meridiano 12º 05' 00.00" E, temos o ponto 2 com as coordenadas de Latitude 6º 01' 54.40" S e Longitude 12º 05' 00.00" E. Partindo deste ponto para a direcção Sul seguindo o Meridiano 12º 05' 00.00" E até interceptar o Paralelo 6º 40' 00.00" S, temos o ponto 3 com as coordenadas de Latitude 6º 40' 00.00" S e Longitude 12º 05' 00.00" E. Partindo deste ponto para a direcção Oeste seguindo o Paralelo 6º 40' 00.00" S até interceptar o Meridiano 11º 40' 00.00" E, temos o ponto 4 com as coordenadas de Latitude 6º 40' 00.00" S e Longitude 11º 40' 00.00" E. Partindo deste ponto para a direcção Norte seguindo o Meridiano 11º 40'

00.00" E até interceptar o Paralelo 6° 30' 00.00" S, temos o ponto 5 com as coordenadas de Latitude 6° 30' 00.00" S e Longitude 11° 40' 00.00" E. Partindo deste ponto para a direcção Oeste seguindo o Paralelo 6° 30' 00.00" S até interceptar o Meridiano 11° 35' 00.00" E, temos o ponto 6 com as coordenadas de Latitude 6° 30' 00.00" S e Longitude 11° 35' 00.00" E. Partindo deste ponto para direcção Norte seguindo o Meridiano 11° 35' 00.00" E até interceptar o Paralelo 6° 20' 00.00" S, temos o ponto 7 com as coordenadas de Latitude 6° 20' 00.00" S e Longitude 11° 35' 00.00" E. Partindo deste ponto para direcção Oeste, seguindo o Paralelo 6° 20' 00.00" S até interceptar o Meridiano 11° 30' 00.00" E, temos o ponto 8 com as coordenadas de Latitude 6° 20' 00.00" S e Longitude

11° 30' 00.00" E. Finalmente deste ponto para a direcção Norte até interceptar o ponto 1.

3. Para efeitos do n.º 1 são excluídas da área descrita no n.º 2 as que a seguir se indicam e cujos pontos se encontram também referidos no Anexo B:

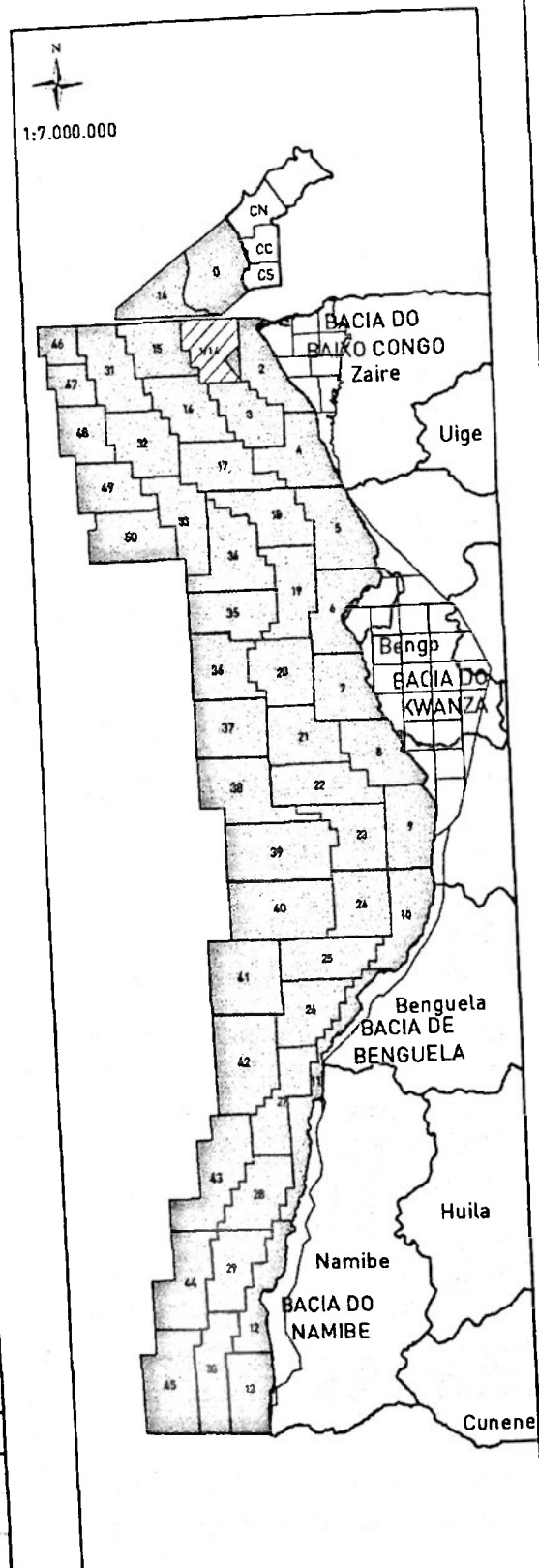
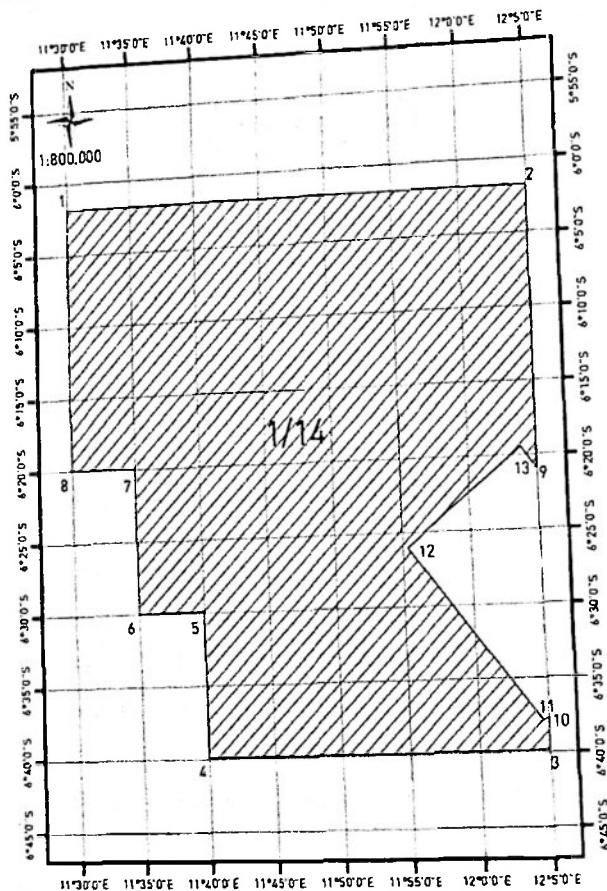
A (Quiluma/Maboqueiro)

Pontos		Latitude Sul	Longitude Este
9	...	6° 20' 58.58"	12° 05' 00.00"
10	...	6° 37' 43.89"	12° 05' 00.00"
11	...	6° 37' 56.71"	12° 04' 41.23"
12	...	6° 26' 02.67"	11° 55' 22.73"
13	...	6° 19' 26.93"	12° 03' 46.53"

4. As coordenadas acima citadas referem-se ao Datum de Camacupa no esferóide de WGS84.



MAPA DA ÁREA DE CONCESSÃO BLOCO 1/14



Coordenadas

Pontos	Latitude Sul	Longitude Este
1	6° 01' 54.40"	11° 30' 00.00"
2	6° 01' 54.40"	12° 05' 00.00"
3	6° 40' 00.00"	12° 05' 00.00"
4	6° 40' 00.00"	11° 40' 00.00"
5	6° 30' 00.00"	11° 40' 00.00"
6	6° 30' 00.00"	11° 35' 00.00"
7	6° 20' 00.00"	11° 35' 00.00"
8	6° 20' 00.00"	11° 30' 00.00"
9	6° 20' 58.58"	12° 05' 00.00"
10	6° 37' 43.89"	12° 05' 00.00"
11	6° 37' 56.71"	12° 04' 41.23"
12	6° 26' 02.67"	11° 55' 22.73"
13	6° 19' 26.93"	12° 03' 46.53"

Área = 3712,66 Km²

MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

Decreto Executivo n.º 161/14 de 12 de Junho

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, aprovou o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos;

Convindo de igual modo aprovar a organização e o funcionamento dos diferentes serviços que o integram;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Tecnologias de Informação do Ministério dos Petróleos, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões que se verificarem na interpretação e aplicação ao presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro dos Petróleos.

Artigo 3.º — O presente diploma revoga o Decreto Executivo n.º 114/13, de 3 de Abril.

Artigo 4.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Maio de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I Definição e Atribuições

ARTIGO 1.º (Definição)

O Gabinete de Tecnologias de Informação, abreviadamente GTI, é o serviço de apoio técnico responsável pelo desenvolvimento das tecnologias e manutenção dos sistemas de informação com vista a dar suporte às actividades de modernização e inovação do Ministério dos Petróleos.

ARTIGO 2.º (Atribuições)

São atribuições do Gabinete de Tecnologias de Informação as seguintes:

- a) Coordenar e implementar o Plano Estratégico e Operacional para o Sistema de Informação do Ministério dos Petróleos;
- b) Proceder à actualização da informação sobre a actividade petrolífera na base de dados da APPA, em

colaboração com os demais serviços do Ministério dos Petróleos;

- c) Proceder ao registo e actualização da informação do Ministério dos Petróleos no portal do Governo e do site ministerial, em colaboração com a Secretaria Geral;
- d) Assegurar, em colaboração com a Secretaria Geral, a aquisição e instalação de equipamentos informáticos e consumíveis para os vários serviços do Ministério dos Petróleos;
- e) Propor a definição e implementação dos meios mais adequados de comunicação de dados do Ministério dos Petróleos, bem como a implementação dos diversos sistemas de informação disponíveis e ajustáveis à sua actividade;
- f) Propor e submeter à aprovação as políticas de segurança de informação;
- g) Velar pela implementação, manutenção e suporte técnico da rede informática, bem como pela implantação de aplicativos;
- h) Velar pela gestão e administração dos recursos de comunicação;
- i) Observar no que concerne à aquisição de equipamentos, as orientações dimanadas pelo Ministério de tutela, no domínio das tecnologias de informação;
- j) Velar pela implementação, manutenção e suporte técnico da rede estruturada de voz e dados e de corrente eléctrica estabilizada;
- k) Assegurar a manutenção e gestão dos suportes informáticos e garantir a integridade, segurança e confidencialidade dos dados sob sua responsabilidade;
- l) Propor políticas e estratégias de segurança com o propósito de proteger e prevenir contra o uso indevido ou não autorizado das informações;
- m) Analisar e desenvolver bases de dados e aplicações específicas que se adaptem ao modelo de gestão do Ministério;
- n) Acautelar a utilização correcta das aplicações e programas instalados e consequente actualização;
- o) Assegurar a implementação de aplicações específicas em conformidade com as necessidades de cada área;
- p) Analisar, desenvolver e gerir bases de dados e aplicações específicas tendo em conta as necessidades e objectivos do Ministério dos Petróleos;
- q) Implementar e gerir um sistema informatizado que se adapte às características e à filosofia de gestão do Ministério;
- r) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

CAPÍTULO II

Atribuições e Competências em Especial

ARTIGO 3.º

(Director de Gabinete)

1. O Gabinete de Tecnologia de Informação é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional a quem compete:

- a) Dirigir e coordenar as actividades dos órgãos que constituem o gabinete;
- b) Responder pela actividade do gabinete perante o Ministro dos Petróleos ou perante quem este delegar;
- c) Representar o gabinete em todos os actos para os quais seja expressamente mandatado;
- d) Submeter à aprovação do Ministro dos Petróleos os pareceres, estudos, projectos, propostas e demais trabalhos relacionados com a actividade do gabinete;
- e) Propor nos termos da lei a nomeação, exoneração e transferência do pessoal técnico do gabinete;
- f) Assegurar a ligação do gabinete com os outros serviços do Ministério dos Petróleos e empresas do sector;
- g) Definir e assegurar a aplicação de políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação, de modo a contribuir para o desenvolvimento organizacional do Ministério dos Petróleos;
- h) Garantir a segurança e integridade dos dados na rede corporativa do Ministério dos Petróleos;
- j) Colaborar e assegurar a gestão da rubrica orçamental das tecnologias de informação e comunicação;
- k) Assegurar a aquisição, instalação, configuração, gestão de equipamentos e aplicações, em conformidade com as necessidades do Ministério dos Petróleos;
- l) Controlar a elaboração de relatórios periódicos da actividade da área;
- m) Assegurar a actualização e renovação dos equipamentos informáticos, de forma a mantê-los sempre adequados aos objectivos da organização e do sector;
- n) Assegurar a integridade da informação e proporcionar a prevenção e protecção dos dados;
- o) Implementar soluções técnicas baseadas tanto em software como em hardware visando a automatização de diversas tarefas;
- p) Acautelar a correcta utilização dos equipamentos instalados;
- q) Realizar a avaliação de desempenho de todos os trabalhadores sob sua dependência;
- r) Propor a deslocação dos funcionários do gabinete em objecto de serviço dentro e fora do país;

- s) Colaborar na execução das políticas e metodologias de gestão dos recursos humanos sob sua dependência;
- t) Submeter à aprovação todos os assuntos que excedam a sua competência e informar de todas as ocorrências e medidas tomadas;
- u) Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas superiormente.

2. Na sua ausência ou impedimento o Director do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação deve propor superiormente o seu substituto.

CAPÍTULO III

Pessoal

ARTIGO 4.º

(Quadro de pessoal)

O quadro de pessoal do Gabinete de Tecnologias de Informação é o constante do mapa Anexo I ao presente diploma e que dele é parte integrante.

ANEXO I

Quadro de Pessoal a que se refere o artigo 4.º do presente Diploma e que dele faz parte integrante

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Indicação Obrigatória da especialidade	Número de Lugares
Direcção		Director Nacional ou Equiparado		1
Técnico Superior		Assessor	Engenharia Informática	1
		Técnico Superior Principal		1
		Técnico Superior de 1.ª Classe		1
		Técnico Superior de 2.ª Classe		3
Técnico Médio		Técnico Médio de 1.ª Classe	Informática	1
		Técnico Médio de 2.ª Classe		1
		Técnico Médio de 3.ª Classe	Informática	2
Total				11

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

Decreto Executivo n.º 162/14

de 12 de Junho

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, aprovou o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos;

Convindo de igual modo aprovar a organização e o funcionamento dos diferentes serviços que o integram;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete Jurídico do Ministério dos Petróleos, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões que se verificarem na interpretação e aplicação ao presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro dos Petróleos.

Artigo 3.º — O presente Diploma revoga o Decreto Executivo n.º 68/13, de 6 de Março.

Artigo 4.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Maio de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE JURÍDICO

CAPÍTULO I Definições e Atribuições

ARTIGO 1.º (Definição)

1. O Gabinete Jurídico, abreviadamente GABJUR, é o serviço de apoio técnico ao qual cabe realizar toda a actividade de assessoria e de estudos nos domínios legislativo, regulamentar e do contencioso.

ARTIGO 2.º (Atribuições)

São atribuições do Gabinete Jurídico, as seguintes:

- a) Estudar e dar forma jurídica aos diplomas legais e demais documentos de natureza jurídica relativos às actividades do Ministério dos Petróleos;
- b) Emitir pareceres sobre os assuntos de natureza jurídica que sejam solicitados;
- c) Coordenar a elaboração, o aperfeiçoamento e a actualização de projectos de diplomas legais do Sector, promovendo a respectiva divulgação e velando pela sua correcta aplicação;
- d) Manter o Ministério dos Petróleos informado sobre toda a legislação publicada e de interesse para o Sector;
- e) Emitir parecer de sua especialidade sobre contratos, acordos e outros documentos de natureza jurídica;
- f) Estudar, preparar e propor as formas necessárias à implementação das Convenções e Acordos Internacionais dos quais a República de Angola seja parte e se relacionem com o Sector;
- g) Representar o Ministério nos actos jurídicos para os quais seja mandatado;
- h) Prestar assessoria jurídica sobre todas as questões que lhe sejam submetidas pelos órgãos de direcção do Ministério;

- i) Participar nas negociações e dar corpo jurídico aos contratos, acordos ou protocolos no domínio do petróleo, gás e biocombustíveis;
- j) Velar, em coordenação com os outros serviços do Ministério, pelo cumprimento das leis e demais normas que disciplinem a actividade do Sector;
- k) Coligir, controlar e manter actualizada toda a documentação de natureza jurídica e regulamentar, necessária ao funcionamento do Ministério;
- l) Desempenhar as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou por orientação superior.

CAPÍTULO II Atribuições e Competências em Especial

SECÇÃO I Direcção

ARTIGO 3.º (Director do Gabinete)

O Gabinete de Jurídico é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional a quem compete:

- a) Dirigir e coordenar as actividades do Gabinete;
- b) Responder pela actividade do Gabinete perante o Ministro ou a quem este delegar;
- c) Representar o Gabinete Jurídico em todos os actos para os quais seja expressamente mandatado;
- d) Submeter à apreciação do superior os pareceres, estudos, projectos, propostas e demais trabalhos relacionados com a actividade do Gabinete;
- e) Participar na organização e celebração de contratos, acordos, tratados e convenções em que intervenha o Ministério;
- f) Submeter a despacho superior todos os assuntos que excedam a sua competência e informar de todas as ocorrências e medidas tomadas;
- g) Efectuar ou mandar efectuar visitas de controlo e apoio no âmbito das atribuições do Gabinete, nos termos da legislação em vigor;
- h) Assegurar a ligação do Gabinete Jurídico com os outros serviços do Ministério e empresas do Sector;
- i) Manter a disciplina e exercer a acção disciplinar de acordo com as suas atribuições e nos termos da legislação em vigor;
- j) Propor a deslocação dos funcionários do Gabinete em objecto de serviço dentro e fora do país;
- k) Apresentar para aprovação superior o plano de férias e proceder à sua execução;
- l) Assinar toda a correspondência do Gabinete;
- m) Realizar a avaliação de desempenho de todos os trabalhadores sob sua dependência;
- n) Colaborar na execução das políticas e metodologias de gestão de recursos humanos sob sua dependência;

o) Desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas superiormente.

1. Na sua ausência ou impedimento, o Director do Gabinete deve propor superiormente o seu substituto.

CAPÍTULO III Pessoal

ARTIGO 4.º (Quadro de pessoal)

O quadro de pessoal do Gabinete Jurídico é o constante do mapa Anexo I ao presente Diploma e do qual é parte integrante.

ANEXO I

Quadro de Pessoal a que se refere o artigo 4.º
do presente Diploma e que dele faz parte integrante

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Indicação Obrigatória da Especialidade	Número de Lugares
Direcção		Director Nacional ou Equiparado		1
Técnico Superior	Técnico Superior	Assessor Principal		1
		Primeiro Assessor	Direito	1
		Assessor		1
		Técnico Superior Principal		2
		Técnico Superior de 1.ª Classe		2
		Técnico Superior de 2.ª Classe		3
Total				11

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

Decreto Executivo n.º 163/14 de 12 de Junho

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, aprovou o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos;

Convindo de igual modo aprovar a organização e o funcionamento dos diferentes serviços que o integram;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística do Ministério dos Petróleos, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões que se verificarem na interpretação e aplicação ao presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro dos Petróleos.

Artigo 3.º — O presente Diploma revoga o Decreto Executivo n.º 77/13, de 11 de Março.

Artigo 4.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Maio de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA

CAPÍTULO I Definição e Atribuições

ARTIGO 1.º (Definição)

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, abreviadamente GEPE, é o serviço de apoio técnico de carácter transversal que tem como funções principais a preparação de medidas de política e estratégia do Sector dos Petróleos, de estudos e análise regular sobre a execução geral dos serviços, dos programas e acções superiormente aprovados, bem como a orientação e coordenação da actividade de estatística, dentre outras.

ARTIGO 2.º (Atribuições)

São atribuições do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, as seguintes:

- Colaborar na elaboração da política e estratégia de desenvolvimento do Sector, enquadrando-o nos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento;
- Coordenar a elaboração do programa de desenvolvimento do Sector e acompanhar a sua execução a curto, médio e longo prazos;
- Acompanhar e analisar os Programas e Projectos de Investimento Sectorial, bem como os programas de desenvolvimento de âmbito regional e internacional;
- Promover e coordenar, em colaboração com os demais órgãos do Ministério dos Petróleos, os estudos sobre a economia das concessões;
- Organizar o sistema de informação estatística, promovendo a recolha, interpretação e divulgação de dados, de acordo com os princípios orientadores do Sistema Estatístico Nacional;
- Coordenar os programas e efectuar o balanço das actividades realizadas pelas estruturas do Ministério dos Petróleos pelas empresas do Sector;
- Proceder à avaliação e ao acompanhamento dos contratos e subcontratos celebrados pelos operadores;
- Analisar o relatório anual dos volumes de produção de petróleo e gás natural dos jazigos;
- Acompanhar a execução do regime cambial, aduaneiro e tributário aplicáveis ao Sector;
- Emitir parecer sobre as propostas dos prémios de investimento e de produção;
- Elaborar, em colaboração com a Secretaria Geral, o projecto de orçamento do Ministério dos Petróleos, bem como acompanhar a sua execução;
- Colaborar na elaboração do orçamento do Fundo de Formação do Sector Petrolífero sob coordenação

- da Direcção Nacional de Fomento da Angolanização, bem como acompanhar a sua execução;
- m) Desempenhar as demais tarefas que lhe sejam cometidas por lei ou determinação superior.

CAPÍTULO II

Estrutura

ARTIGO 3.º

(Estrutura Orgânica)

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é constituído pelos seguintes órgãos:

1. Direcção;
2. Departamento de Estudos e Estatística;
3. Departamento de Planeamento;
4. Departamento de Monitoramento e Controlo.

CAPÍTULO III

Atribuições e Competências em Especial

SECÇÃO I

Direcção

ARTIGO 4.º

(Director do Gabinete)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é dirigido por um director equiparado a Director Nacional a quem compete:
 - a) Dirigir e coordenar as actividades dos órgãos que constituem o Gabinete;
 - b) Responder pela actividade do Gabinete perante o Ministro dos Petróleos ou perante quem este delegar;
 - c) Representar o Gabinete em todos os actos para os quais seja expressamente mandatado;
 - d) Submeter à aprovação do Ministro dos Petróleos os pareceres, estudos, projectos, propostas e demais trabalhos relacionados com actividade do Gabinete;
 - e) Propor nos termos da lei a nomeação, exoneração e transferência dos titulares dos cargos de chefia e pessoal técnico do Gabinete;
 - f) Submeter a despacho superior todos os assuntos que excedam a sua competência e informar de todas as ocorrências e medidas tomadas;
 - g) Assegurar a ligação do Gabinete de Estudo Planeamento e Estatística com os outros serviços do Ministério e empresas do Sector;
 - h) Efectuar e mandar efectuar visitas de controlo e apoio no âmbito das atribuições do GEPE e nos termos da legislação em vigor;
 - i) Manter a disciplina e exercer a acção disciplinar de acordo com as suas atribuições e nos termos da legislação em vigor;
 - j) Propor a deslocação dos funcionários do Gabinete em objecto de serviço dentro e fora do país;

- k) Apresentar para aprovação superior o plano de férias e proceder à sua execução;
- l) Assinar toda a correspondência do Gabinete;
- m) Realizar a avaliação de desempenho de todos os trabalhadores sob sua dependência;
- n) Colaborar na execução das políticas e metodologias de gestão dos recursos humanos sob sua dependência;
- o) Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas superiormente.

2. Na sua ausência ou impedimento, o director do Gabinete deve propor superiormente o seu substituto.

SECÇÃO II

Departamentos

ARTIGO 5.º

(Departamento de Estudos e Estatística)

São atribuições do Departamento de Estudos e Estatística, abreviadamente, DEE, as seguintes:

- a) Organizar o sistema de informação estatística, promovendo a recolha de dados, interpretação e divulgação, de acordo com o Sistema Estatístico Nacional;
- b) Elaborar, analisar e compilar dados em consonância com as normas definidas, assim como a instrução no preenchimento de modelos previamente concebidos pelos organismos nacionais competentes;
- c) Analisar os relatórios dos volumes de produção de petróleo e gás natural;
- d) Proceder aos estudos e análises de carácter estatístico, tendo em vista as tendências de desenvolvimento do Sector;
- e) Elaborar relatórios estatísticos do Sector e outros documentos solicitados pelas instituições nacionais e internacionais;
- f) Colaborar com o Instituto Nacional de Estatística em matéria de estatísticas nacionais;
- g) Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas superiormente.

ARTIGO 6.º

(Departamento de Planeamento)

São atribuições do Departamento de Planeamento, abreviadamente, DPLAN, as seguintes:

- a) Preparar medidas de política e estratégia global do Sector, com base nos indicadores macroeconómicos disponíveis;
- b) Elaborar o programa de actividades e o correspondente balanço de execução, com base na informação recebida dos serviços do Ministério dos Petróleos;
- c) Elaborar em colaboração com outros serviços do Ministério dos Petróleos, a estratégia e o programa de desenvolvimento do Sector, de curto, médio e longo prazos;

- d) Elaborar a proposta de OGE com a Secretaria Geral e acompanhar a sua execução;
- e) Elaborar os Programas de Investimento Público do Ministério dos Petróleos e acompanhar a sua execução;
- f) Acompanhar a execução dos investimentos privados do Sector;
- g) Proceder à avaliação técnico-económica dos projectos de investimento tendo em vista as projecções de crescimento sectorial e o seu impacto sobre a evolução da economia nacional;
- h) Propor políticas de investimentos do Sector na perspectiva económica e financeira e velar pela sua aplicação;
- i) Colaborar na elaboração de cálculo e revisões dos preços de combustíveis e acompanhar a evolução do mercado a nível nacional e internacional;
- j) Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas superiormente.

ARTIGO 7.º

(Departamento de Monitoramento e Controlo)

São atribuições do Departamento de Monitoramento e Controlo abreviadamente DMC, as seguintes:

- a) Acompanhar a evolução das empresas do Sector e avaliar a execução dos seus programas de actividades;
- b) Controlar e acompanhar a execução dos projectos estruturantes desenvolvidos no Sector;
- c) Proceder à análise sobre as matérias de carácter financeiro e dar o respectivo parecer;
- d) Colaborar na elaboração do orçamento do Fundo de Formação do Sector Petrolífero sob coordenação da Direcção Nacional de Fomento da Angolanização, bem como acompanhar a sua execução;
- e) Informar superiormente sobre a execução dos projectos de desenvolvimento de novos campos;
- f) Controlar a execução física e financeira dos projectos sociais desenvolvidos pelas empresas do Sector;
- g) Acompanhar a aplicação da legislação aduaneira, tributária e cambial do Sector;
- h) Acompanhar e emitir parecer sobre as negociações de contratos entre a Concessionaria Nacional e as suas associadas;
- i) Proceder à avaliação e ao acompanhamento dos contratos e subcontratos celebrados pelo operador.

ARTIGO 8.º

(Competências dos Chefes de Departamento)

1. O Chefe de Departamento programa, organiza, dirige, coordena, orienta e controla a actividade do Departamento de acordo com a legislação em vigor e com as directrizes do Director do Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística, tendo em vista as atribuições cometidas ao Departamento.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, compete ao Chefe de Departamento:

- a) Submeter a despacho superior todos os assuntos que excedam a sua competência e comunicar todas as ocorrências e medidas tomadas;
- b) Decidir sobre os assuntos da sua competência ou para os quais lhe tenha sido dada delegação;
- c) Dirigir, coordenar e orientar os trabalhos sob sua dependência e promover a sua adequada distribuição e utilização pelos Sectores do Departamento;
- d) Manter a disciplina e propor medidas ou acções disciplinares nos termos da legislação em vigor;
- e) Apresentar sugestões de aperfeiçoamento organizativo e funcional do Departamento;
- f) Propor acções de formação e aperfeiçoamento do pessoal sob a sua dependência, bem como as medidas e acções que julgue convenientes para valorização e racionalização do quadro de pessoal e eficiente desempenho das tarefas que incumbem ao Departamento;
- g) Organizar e controlar a actividade do departamento, velando pelo cumprimento e execução dos programas estabelecidos.

3. Na sua ausência ou impedimento, o Chefe de Departamento deve propor superiormente o seu substituto.

CAPÍTULO IV

Quadro de Pessoal e Organigrama

ARTIGO 9.º

(Quadro de pessoal)

O quadro de pessoal é o constante do mapa Anexo I ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

ARTIGO 10.º

(Organigrama)

O organigrama do pessoal do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística é o constante do mapa Anexo II ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

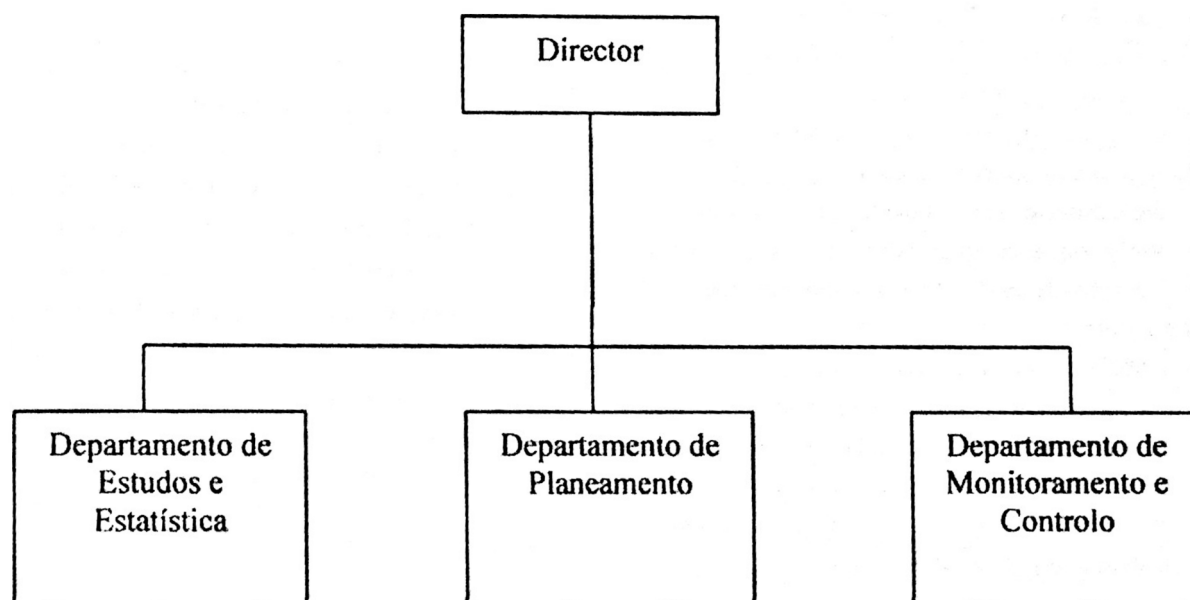
ANEXO I

Quadro de Pessoal a que se refere o artigo 9.º
do presente Diploma e que dele faz parte integrante

Grupo de Pessoal	Categoria/Cargo	Indicação Obrigatória da Especialidade	N.º de Lugares
Direcção e Chefia	Director Chefes de Departamento	Economista Economis/Estatist.	1 3
Técnico Superior	Assessor Principal Primeiro Assessor Técnico Superior de 1.ª Classe Técnico Superior de 2.ª Classe	Estatística Economia	1 1 3 5
Técnico	Técnico Especialista de 1.ª Classe	Contab./Gest./Estatist.	3
Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	Contab./Gest./Estatist.	1
Total			18

ANEXO II

O organigrama do Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística que se refere o artigo 10.º do presente Diploma e que dele é parte integrante.



O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

Decreto Executivo n.º 164/14
de 12 de Junho

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 103/14, de 14 de Maio, aprovou o Estatuto Orgânico do Ministério dos Petróleos;

Convindo de igual modo aprovar a organização e o funcionamento dos diferentes serviços que o integram;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio do Ministério dos Petróleos, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões que se verificarem na interpretação e aplicação ao presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro dos Petróleos.

Artigo 3.º — O presente Diploma revoga o Decreto Executivo n.º 70/13, de 6 de Março.

Artigo 4.º — O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 28 de Maio de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

REGULAMENTO INTERNO
DO GABINETE DE INTERCÂMBIO

CAPÍTULO I
Definição e Atribuições

ARTIGO 1.º
(Definição)

O Gabinete de Intercâmbio, abreviadamente GABINT, é o serviço encarregue de apoiar a realização das tarefas no domínio das relações internacionais e da cooperação externa.

ARTIGO 2.º
(Atribuições)

São atribuições do Gabinete de Intercâmbio as seguintes:

- a) Estudar e propor a estratégia de cooperação bilateral no domínio do petróleo, gás e biocombustíveis, em articulação com os restantes organismos do Estado e acompanhar os trabalhos decorrentes dessa cooperação;
- b) Propor e assegurar a estratégia de negociações e gestão dos acordos, convenções e protocolos internacionais, quer bilaterais, quer de integração económica, com outros países;
- c) Estudar e propor as medidas adequadas no âmbito das relações externas, visando o aproveitamento das vantagens decorrentes dos acordos, tratados e convénios comerciais bilaterais, subscritos pela

República de Angola no domínio do petróleo, gás e biocombustíveis;

- d) Desenvolver relações de intercâmbio e cooperação com organizações internacionais ligadas à actividade do Ministério dos Petróleos;
- e) Elaborar, propor, coordenar e controlar os programas de assistência técnica e de cooperação propostos por entidades e organizações estrangeiras;
- f) Estudar e analisar as matérias a serem discutidas no âmbito das comissões bilaterais e outras organizações ou organismos internacionais no domínio das actividades do Ministério dos Petróleos;
- g) Participar nos trabalhos preparatórios e nas negociações para a celebração de acordos, tratados, convenções, memorandos ou protocolos de cooperação relativos ao Sector, bem como assegurar o seu acompanhamento e respectiva execução;
- h) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou por determinação superior.

CAPÍTULO II

(Atribuições e Competências em Especial)

Direcção

ARTIGO 3.º

(Director do Gabinete)

O Gabinete de Intercâmbio é dirigido por um director equiparado a Director Nacional a quem compete:

- a) Dirigir e coordenar as actividades dos órgãos que constituem o Gabinete;
- b) Responder pela actividade do Gabinete perante o Ministro ou perante quem este delegar;
- c) Representar o Gabinete em todos os actos para os quais seja expressamente mandatado;
- d) Submeter à apreciação do Ministro os pareceres, estudos, projectos, propostas e demais trabalhos relacionados com a actividade do Gabinete;
- e) Propor nos termos da lei a nomeação, exoneração e transferência do pessoal técnico do Gabinete;
- f) Submeter a despacho todos os assuntos que excedam a sua competência e informar de todas as ocorrências e medidas tomadas;
- g) Coordenar internamente os órgãos intervenientes na execução das resoluções internacionais e tratados assinados no domínio dos petróleos;
- h) Assegurar a ligação do Ministério com as organizações internacionais;
- i) Manter a disciplina e exercer a acção disciplinar de acordo com as suas atribuições e nos termos da legislação em vigor;

- j) Propor acções de formação e aperfeiçoamento do pessoal sob a sua dependência;
- k) Propor a deslocação dos funcionários do Gabinete em objecto de serviço dentro e fora do território nacional;
- l) Apresentar para aprovação superior o plano de férias e proceder à sua execução;
- m) Assinar toda correspondência do Gabinete;
- n) Realizar a avaliação de desempenho de todos os trabalhadores sob sua dependência;
- o) Colaborar na execução das políticas e metodologias de gestão dos recursos humanos sob sua dependência;
- p) Desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas superiormente.

1. Na sua ausência ou impedimento, o Director do Gabinete deve propor superiormente o seu substituto.

CAPÍTULO III

Pessoal

ARTIGO 4.º

(Quadro de Pessoal)

O quadro de pessoal do Gabinete de Intercâmbio é o constante do mapa Anexo I ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

ANEXO I

Quadro de Pessoal a que se refere o artigo 4.º do presente Diploma e que dele faz parte integrante

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	Indicação Obrigatória da Especialidade	Número de Lugares
Direcção		Director Nacional ou Equiparado		1
Técnico Superior	Técnico Superior	Assessor Principal	Relações Internacionais/Direito/Gestão	1
		Primeiro Assessor	Relações Internacionais/Direito/Gestão	
		Assessor	Relações Internacionais/Direito/Gestão	
		Técnico Superior Principal	Relações Int/Direito/Lic.Germânicas/Românicas	
		Técnico Superior de 1.ª Classe	Relações Int/Direito/Lic.Germânicas/Românicas	1
		Técnico Superior de 2.ª Classe	Relações Int/Direito/Lic.Germânicas/Românicas	5
Técnico Médio				-
		Técnico Médio de 3.ª Classe	Relações Internacionais	3
Total				11

O Ministro, José Maria Botelho de Vasconcelos.

Decreto Executivo n.º 165/14
de 12 de Junho

Atendendo que, a Petrobras International Braspetro B.V. («PIBBV») é detentora de 40% (quarenta por cento) do interesse participativo no Contrato de Partilha de Produção (CPP) do Bloco 6/06 e deseja transmitir, de acordo com o estabelecido no n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, a totalidade do seu interesse participativo para a Petrobras Oil & Gás B.V., empresa participada;

Considerando que, a Sonangol E.P., não irá exercer o direito de preferência, em relação à transmissão supramencionada;

Considerando ainda, que as associadas nacionais, conforme informação do Operador, não irão exercer o referido direito de preferência, após abdicação por parte da Sonangol E.P.;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, determino:

1. É autorizada a cessão de 40% (quarenta por cento) do interesse participativo detido pela Petrobras International Braspetro B.V. («PIBBV») no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 6/06 para a empresa participada Petrobras Oil & Gás B.V., nos termos do n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro.

2. O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 2 de Junho de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Despacho n.º 1275/14
de 12 de Junho

Considerando a necessidade de se adoptar um instrumento orientador para a materialização e execução das políticas e orientações administrativas e metodológicas do Ministério do Comércio às Representações Comerciais de Angola no estrangeiro, visando criar mais e melhor interacção no âmbito da tutela e superintendência nesses domínios;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas do n.º 2 do artigo 25.º e das alíneas f), g) e j) do artigo 5.º do Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio, aprovado por Decreto Presidencial n.º 93/2014, de 29 de Abril, determino:

1. Não é permitido o recrutamento, a admissão, nomeação, exoneração e demissão ou desvinculação de funcionários ou agentes administrativos colocados nas Representações Comerciais de Angola no estrangeiro e sem a competente anuência da Ministra do Comércio;

2. Em caso de necessidade de recrutamento, para a admissão de pessoal local, as propostas de candidaturas devem ser previamente remetidas ao Gabinete de Recursos Humanos do Ministério do Comércio, para apreciação, parecer e submissão à decisão da Ministra;

3. Para efeitos do disposto no número anterior, as condições e procedimentos de elaboração, gestão e controlo dos quadros de pessoal devem obedecer os pressupostos jurídico-legais estabelecidos nos Decretos Presidenciais n.ºs 102 e 104/11, respectivamente, de 23 de Maio, e demais legislação aplicável.

4. O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Cumpra-se.

Luanda, aos 16 de Maio de 2014.

A Ministra, *Rosa Escórcio Pacavira de Matos*.